

EDP Transmissão Aliança SC S.A.
CNPJ/MF nº 27.831.352/0001-45



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	46.278	66.482
Disponibilidade da rede elétrica	6	27.391	26.831
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	1.493	
Outros tributos compensáveis	7	4.339	1.945
Cauções e depósitos vinculados	10		6.107
Ativos da concessão	11	206.008	205.706
Outros créditos	12	2.555	1.740
Total do Ativo Circulante		286.571	310.304
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados	10	27.878	19.293
Ativos da concessão	11	2.232.933	2.194.049
Outros créditos	12	537	2.132
		2.261.348	2.215.474
Imobilizado		516	635
Intangível		1.892	1.265
		2.408	1.900
Total do Ativo Não circulante		2.263.756	2.217.374
TOTAL DO ATIVO		2.550.327	2.527.678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2023	2022
Receitas			
19	354.012	344.131	
Custos			
20			
Custo de operação		(9.793)	(6.364)
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(3.303)	(26.807)
		(13.096)	(33.171)
Lucro bruto		340.916	310.960
Despesas e Receitas operacionais			
21			
Despesas gerais e administrativas		(4.640)	(6.298)
Outras despesas e receitas operacionais		(83.650)	(99)
		(88.290)	(6.397)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		252.626	304.563
Resultado financeiro			
22			
Receitas financeiras		13.827	8.472
Despesas financeiras		(185.909)	(195.888)
		(172.082)	(187.416)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		80.544	117.147
Tributos sobre o lucro			
23			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(13.333)	(29.834)
		(13.333)	(29.834)
Lucro líquido do exercício		67.211	87.313
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
24			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,40858	0,53077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2023	2022
Lucro líquido do exercício		
67.211	87.313	
Resultado abrangente do exercício		
67.211	87.313	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2023	2022
Geração do valor adicionado		
387.134	382.862	
Receita operacional	134.462	105.002
Receita com construção da infraestrutura	(2.991)	31.792
Remuneração dos Ativos da concessão	255.663	246.068
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(96.988)	(33.190)
Materiais	(200)	(182)
Serviços de terceiros	(8.111)	(4.360)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(3.303)	(26.807)
Outros custos operacionais	(85.374)	(1.841)
Valor adicionado bruto	290.146	349.672
Retenções		
Depreciações e amortizações	(132)	(119)
Valor adicionado líquido produzido	290.014	349.553
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	14.438	8.881
Valor adicionado total a distribuir	304.452	358.434
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	3.108	4.173
Benefícios	709	988
FGTS	634	1.135
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	46.153	68.560
Estaduais	276	22
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	185.908	195.888
Aluguéis	453	355
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	41.329	29.689
	278.570	300.810
Lucros retidos	25.882	57.624
	304.452	358.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A EDP Transmissão Aliança SC S.A. (Companhia ou EDP Transmissão Aliança), sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo - SP, foi constituída em 12 de maio de 2017, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 18 de fevereiro de 2022 o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS emitiu o termo de liberação das instalações da Companhia referente ao início de sua operação comercial em todos os trechos, válida desde 14 de junho de 2021 no primeiro trecho. A sua entrada em operação foi antecipada em 14 meses frente ao calendário da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

2 Concessão

Em 24 de abril de 2017 o Consórcio Aliança (composto pela EDP - Energias do Brasil, na participação de 90%, e pela Celesc Geração S.A., na participação de 10%) arrematou o lote 21 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, realizado pela ANEEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 484,5 km e uma subestação localizada no Estado de Santa Catarina.

O Consórcio Aliança definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 11 de agosto de 2017, sendo assinado junto à União o Contrato de Concessão nº 39/17 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
484,5 km	Serviço Público	Concessão	SC	3 LT 525kV; 2 LT 230kV; SE 525/230kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

2.1 Receita Anual Permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, de R\$171.824 anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC -, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.205 (Nota 4.2), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, atualizado monetariamente com base no IPCA, a RAP da Companhia passou a ser de R\$241.729.

2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting*

Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2024. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 25.1.1.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quando a redução ao valor recuperável, que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 3.6); Determinação dos Ativos da concessão (Nota 11); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 17.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 17.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 25.1.2.1).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativos de concessão

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da

www.edp.com.br

continuu...

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a
Infraestrutura da Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publilegal.diariodenoticias.com.br/>

...continuação

EDP Transmissão Aliança SC S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2023
Depósitos judiciais	17	19.097	72	1.791	(198)	20.762
Depósitos vinculados	10,1	6.303		813		7.116
Total		25.400	72	2.604	(198)	27.878
Circulante		6.107				-
Não circulante		19.293				27.878

10.1 Depósitos vinculados

A movimentação refere-se às atualizações financeiras da garantia vinculada à dívida de longo prazo das debêntures.

11 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada do usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota 19.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

De acordo com CPC 47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais devem seguir os requisitos do CPC 48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 25.2.3.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2022	Adições (Notas 19 e 20)	Remuneração (Nota 19)	Recebimentos de RAP	Margem na construção de RAP (Nota 19)	Reajuste tarifário (Nota 4.2)	Outros (Nota 19)	Valor líquido em 31/12/2023
Ativos da concessão	2.399.755	3.303	255.663	(200.655)	246	(12.831)	(6.540)	2.438.941
Total	2.399.755	3.303	255.663	(200.655)	246	(12.831)	(6.540)	2.438.941
Circulante	205.706							206.008
Não circulante	2.194.049							2.232.933

O saldo de R\$2.438.941 em 31 de dezembro de 2023 (R\$2.399.755 em 31 de dezembro de 2022) representa a conclusão de 100,0% do investimento previsto para o projeto (98,2% em 31 de dezembro de 2022), acrescido de Margem de Construção, Remuneração e PIS/COFINS.

16 Debêntures

16.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2023			31/12/2022		
											Encargos	Principal	Não	Encargos	Principal	Não
											Circulante	Circulante	Circulante	Total	Circulante	Circulante
Simplicif Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 160/22	1.200.000	1	1.200.000	1ª emissão em 15/10/2018	15/10/2018 a 15/10/2028	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 21 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 6,7200% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2023 e juros semestral	a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e da Celesc proporcionais às suas participações acionárias; b. Depósitos caucionados.	24.492	67.938	1.462.569	1.554.999	23.063	92.163
(-) Custos de emissão												(6.706)	(14.256)	(20.962)	(6.863)	(20.962)
Total											24.492	61.232	1.448.313	1.534.037	23.063	85.300

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionados acima, na Companhia é de R\$1.554.999 em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.540.566 em 31 de dezembro de 2022).

16.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Juros provisionados	Transfe-rências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante							
Principal	92.163	(56.494)		(37.229)		69.498	67.938
Juros	23.063	(101.971)	103.400			24.492	24.492
Custo de transação	(6.863)			(6.706)	6.863	(6.706)	
Total	108.363	(158.465)	103.400	(43.935)	6.863	69.498	85.724
Não circulante							
Principal	1.425.340			37.229		1.462.569	
Custo de transação	(20.962)			6.706	(14.256)		
Total	1.404.378	-	-	43.935	-	-	1.448.313

16.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2024	85.724
Total	85.724
Não Circulante	
2025	696.511
2026	60.561
2027	69.785
2028	621.456
Total	1.448.313

A emissão realizada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão do contrato estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

- (i) Liquidação, dissolução, decretação de falência ou pedido de falência da interveniente garantidora, exceto se elidido por meio do depósito judicial e/ou contestado no prazo legal;
- (ii) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, e autofalência da Companhia ou da interveniente garantidora;
- (iii) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da emissora ou da interveniente garantidora cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$75.000, caso não sanado em 10 dias, ou caso protesto seja efetuado por erro ou má-fé, ou tenha sido cancelado, ou teve sua exigibilidade suspensa por medida judicial;
- (iv) Se a EDP - Energias do Brasil deixar de ser titular, direta ou indiretamente, de: (a) no mínimo, 50% mais uma ação do capital votante da emissora; ou (b) participação societária que lhe assegure o direito de eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou diretoria, exceto de previamente autorizado pelos Debenturistas; e
- (v) Manutenção pela EDP - Energias do Brasil do indicador Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,50 vezes, apurado semestralmente nos meses de junho e dezembro.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

17 Provisões

	Nota	Circulante	Não circulante
Provisões cíveis	17.1	17.1	17.1
Licenças ambientais	17.2	3.233	12.875
Total		3.233	12.875

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

17.1 Provisões cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

17.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Pagamentos	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2023	Depósito judicial
Cíveis	17.1.1.1	2.083	(5.249)	4.096	28.289	18.700
Outros		8			11	17.354
Total		27.359	2.083	(5.249)	4.096	28.289

17.1.1.1 Cíveis

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão.

17.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de natureza cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão.

17.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2023 é de R\$755 (R\$1.182 em 31 de dezembro de 2022).

17.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,50% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante	Não circulante
Outros créditos - Ativo			
Adiantamentos		18	30
Ressarcimento de custos - CDE		1.372	1.129
Despesas pagas antecipadamente		8	545
Outros		1.157	36
Total		2.555	1.740
Outras contas a pagar - Passivo			
Folha de pagamento		42	63
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas			
Arrendamentos e alugueis		102	118
Encargos setoriais	12.2	559	715
Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.1	385	871
Total		1.088	1.767

12.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

12.2 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Atualizações monetárias	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	941	2.364	151	(1.882)	1.574
Outros encargos	105	1.107		(1.134)	78
Total	1.046	3.471	151	(3.016)	1.652
Circulante					559
Não circulante					1.093
Total	1.046				1.652

13 Parcela de ajuste

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$9.223 (R\$2.889 em 31 de dezembro de 2022) Circulante e R\$3.638 (R\$2.361 em 31 de dezembro de 2022) Não circulante, refere-se à estimativa da Parcela de Ajuste - PA correspondente ao ciclo 2022/2023, a qual reflete as diferenças entre os duodécimos da RAP, estabelecida pela ANEEL, e os valores dos Avisos de Crédito - AVC, emitidos pelo ONS. A PA é calculada pela ANEEL ao final do ciclo corrente e aplicada no próximos doze meses, sendo o valor homologado juntamente com o novo valor de receita da Companhia, após o processo de RTA ou RTP, conforme data definida em contrato de concessão (Nota 4.2).

14 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo de Materiais e serviços em 31 de dezembro de 2023 de R\$1.116 (R\$2.238 em 31 de dezembro de 2022), é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da Linha de Transmissão. A redução no saldo do exercício é devido a entrada em operação comercial da linha de transmissão.

15 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Dividendos adicionais

Foi aprovada em AGO, realizada em 28 de abril de 2023, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$87.313 da seguinte forma: (i) R\$4.366 como constituição de Reserva Legal; (ii) R\$29.689 como JSCP, sendo R\$25.236 líquido de imposto de renda; e (iii) R\$53.258 como dividendos adicionais. Os juros sobre o capital próprio foram pagos aos acionistas da Companhia em 14 de agosto de 2023 e 25 de agosto de 2023 e os dividendos em 18 de dezembro de 2023.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	Saldo em 31/12/2022	Dividendos Adicionais	JSCP	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Passivo					
EDP - Energias do Brasil	22.712	47.932	31.617	(70.644)	31.617
Celesc Geração	4.656	5.326	3.513	(9.982)	3.513
Total	27.368	53.258	35.130	(80.626)	35.130

	31/12/2023			31/12/2022		
	Encargos	Principal	Não	Encargos	Principal	Não
	Circulante	Circulante	Circulante	Total	Circulante	Circulante
a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e da Celesc proporcionais às suas participações acionárias; b. Depósitos caucionados.	24.492	67.938	1.462.569	1.554.999	23.063	92.163
(-) Custos de emissão						
(56.660)						
Amortização mensal						
(6.706) (14.256) (20.962) (6.863) (20.962) (27.825)						
Total						
24.492 61.232 1.448.313 1.534.037 23.063 85.300 1.404.378 1.512.741						

operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Reversão	Saldo em 31/12/2023
Licenças ambientais								
Circulante	12.875	1.142	(5.950)	493	(3.789)	(153)	(1.385)	3.233
Não circulante	247			120	3.789	(810)		3.346
Total	13.122	1.142	(5.950)	613	-	(963)	(1.385)	6.579

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$340.501, totalmente subscrito integralizado, representado por 340.501.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, realizada em 29 de abril de 2022, deliberou aumento de capital social no montante de R\$176.000, mediante a emissão de 176.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralizados totalmente pelos acionistas EDP - Energias do Brasil e Celesc Geração, na proporção de sua participação acionária.

A composição do Capital social está demonstrada a seguir:

	Qtde. de ações	Porcentual de participação	Qtde. de ações	Porcentual de participação
EDP - Energias do Brasil	306.450.900	90,00%	306.450.900	90,00%
Celesc Geração S.A.	34.050.100	10,00%	34.050.100	10,00%
Total	340.501.000	100,00%	340.501.000	100,00%

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

18.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i)

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da Companhia representa 11,09% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.				
As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seu efeitos apropriados no resultado do exercício em que a Modificação Tarifária for homologada pelo órgão regulador.				
		Nota	2023	2022
Receita de construção da Infraestrutura da Concessão	11 e 19.1	(2.991)	31.792	
Remuneração dos Ativos da concessão	11	255.663	246.068	
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	11	63.647	49.433	
Parcela Variável - IPCA	13	70.815	55.494	
Outras receitas operacionais			75	
Receita operacional bruta		387.134	382.862	
(-) Deduções à receita operacional				
Tributos sobre a receita		(29.651)	(36.155)	
PIS/COFINS			(9)	
ISS		(29.651)	(36.164)	
Encargos do consumidor				
P&D		(2.364)	(1.935)	
Outros encargos		(1.107)	(632)	
		(3.471)	(2.567)	
		(33.122)	(38.731)	
		354.012	344.131	

Receita
19.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão
O saldo devedor no exercício de 2023 refere-se a reversão de custos estimados da obra que estavam registrados no fluxo do ativo de concessão que não serão realizados.

20 Custo de construção da infraestrutura da concessão e custo da operação

20.1 Custo de construção da infraestrutura da concessão

	Nota	2023	2022
Terrenos		44	1.564
Edificações, obras civis e benfeitorias		286	6.978
Máquinas e equipamentos		2.700	9.115
Móveis e utensílios		128	573
Gastos ambientais			33
Outros		145	8.544
	11	3.303	26.807

20.2 Custo de operação

	Nota	2023	2022
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	21.2	2.303	2.941
Material		145	81
Serviços de terceiros			
Amortização	21.3	6.038	2.588
Arrendamentos e aluguéis		49	45
Outras		452	205
Total		806	504
		9.793	6.364

21 Despesas e Receitas operacionais

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

Despesas operacionais							
2023				2022			
Gerais e administrativas				Gerais e administrativas			
	Nota	administrativas	Outras	Total	administrativas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	21.2	2.476		2.476	3.518		3.518
Material		54		54	101		101
Serviços de terceiros	21.3	1.542		1.542	1.772		1.772
Depreciação - Ativos de direito de uso		68		68	74		74
Amortização		14		14			
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			5	5		99	99
Arrendamentos e aluguéis					149		149
Outras	21.1	486	83.645	84.131	684		684
Total		4.640	83.650	88.290	6.298	99	6.397

21.1 Outras
O montante de R\$83.645, refere-se ao ajuste realizado no ativo da concessão com base na atualização da Receita Anual Permitida (RAP), conforme estabelecido na Resolução Homologatória - REH nº 3.205 (Nota 4.2).

21.2 Pessoal e Administradores

	2023	2022
Pessoal		
Remuneração	2.445	2.069
Encargos	874	840
Previdência privada - Corrente	64	73
Programa de demissão voluntária		37
Despesas rescisórias	321	1.231
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	298	370
Outros benefícios - Corrente	620	885
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	4	5
(-) Créditos de tributos recuperáveis	(33)	8
Outros	26	40
	4.619	5.550
Administradores		
Honorários e encargos	139	884
Benefícios dos administradores	21	25
	160	909
	4.779	6.459

21.3 Serviços de terceiros

	2023	2022
Serviços de consultoria	962	776
Serviços de manutenção	3.637	1.105
Serviços ambientais	728	64
Serviços de informática	401	204
Serviços de publicação e publicidade	139	152
Serviços de transporte	293	178
Serviços Compartilhados	1.111	1.145
(-) Crédito de PIS/COFINS	(532)	
Outros	841	736
	7.580	4.360

22 Resultado financeiro

	Nota	2023	2022
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	5	10.642	6.584
Depósitos judiciais	10	1.791	1.405
Juros e multa sobre tributos	7	16	869
Outros juros e variações monetárias		1.914	
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(611)	(409)
Outras receitas financeiras		75	23
		13.827	8.472
Despesas financeiras			
Encargos de dívida	16		
Debêntures		(179.761)	(188.803)
Juros e multa sobre tributos	7	(2)	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.1.1	(4.096)	(4.988)
Arrendamentos e aluguéis		(70)	(72)
Outros juros e variações monetárias		(1.320)	(1.419)
Outras despesas financeiras		(660)	(606)
		(185.909)	(195.888)
		(172.082)	(187.416)

23 Impostos de renda e Contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	80.544	117.147
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(27.385)	(39.830)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		(59)
Doações	(40)	(39)
Juros sobre o capital próprio	14.052	10.094
Outros		
Outras	40	(59)
Despesa de IRPJ e CSLL	(13.333)	(29.893)
Alíquota efetiva	16,55%	25,52%

24 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

	2023	2022
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	67.211	87.313
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	164.501	164.501
Resultado básico e diluído por ações (realização)	0,40858	0,53077

25 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

25.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

25.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

				Valor justo		Valor contábil	
		Nota	Níveis	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros							
Valor justo por meio do resultado							
No reconhecimento inicial ou subsequentemente							
Caixa e equivalentes de caixa	5						
Aplicações financeiras		Nível 2		37.505	65.942	37.505	65.942
				37.505	65.942	37.505	65.942
Custo amortizado							
Caixa e equivalentes de caixa	5						
Bancos conta movimento		Nível 2		8.773	540	8.773	540
Concessionárias	6	Nível 2		27.391	26.831	27.391	26.831
Cauções	10	Nível 2		7.116	6.303	7.116	6.303
				43.280	33.674	43.280	33.674
				80.785	99.616	80.785	99.616

Passivos Financeiros

Valor justo por meio do resultado

No reconhecimento inicial ou subsequentemente

Custo amortizado

Fornecedores	14	Nível 2	1.116	2.238	1.116	2.238
Debêntures	16	Nível 2	1.563.912	1.452.069	1.534.037	1.512.741
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9	Nível 2	347	429	347	429
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	619	748	629	727
Licenças ambientais	17.2	Nível 2	6.579	13.491	6.579	13.122
			1.572.573	1.468.975	1.542.708	1.529.257

25.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

25.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

25.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das debêntures, arrendamentos e aluguéis e licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures: são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

25.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

25.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos ("Taxonomia") e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commision) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente

...continuação

EDP Transmissão Aliança SC S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2023					31/12/2022	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	1.116						1.116
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				347			347
Debêntures		73.629	12.095	1.448.313		1.534.037	1.512.741
Arrendamentos e aluguéis	9	9	90	580	300	(359)	629
Licenças ambientais	101	270	3.030	4.178		(1.000)	6.579
	1.226	73.908	15.215	1.453.418	300	(1.359)	1.542.708
							1.529.257

25.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 16. Até 31 de dezembro de 2023, todos os *covenants* contratuais foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas para as Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

25.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2023 todas as aplicações financeiras da Empresa encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

25.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

25.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a Controladora, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Meio Ambiente da Controladora, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

25.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de *performance*, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de *Compliance*.

25.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 28).

25.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarciar as dívidas existentes.

	31/12/2023	31/12/2022
Total das debêntures	1.534.037	1.512.741
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(46.278)	(66.482)
(-) Cauções		(6.303)
Dívida líquida	1.487.759	1.439.956
Total do Patrimônio Líquido	549.420	576.796
Total do capital	2.037.179	2.016.752
Índice de alavancagem financeira - %	73,03%	71,40%

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Presidente	Luiz Otavio Assis Henriques Vice-Presidente	Tarcísio Estefano Rosa Conselheiro	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro
---	--	---------------------------------------	--

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente	Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho Diretor Técnico	José Gleylson Fernandes Silva Diretor Financeiro e Administrativo
---	--	--

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)	Carla Renata Baptidão Contadora - CRC 15P328362/O-5
---	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
EDP Transmissão Aliança SC S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão Aliança SC S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração dos Ativos da Concessão (Nota 11)	
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras o montante de R\$ 2.438.941 mil referente aos ativos de concessão no âmbito do CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - Revenue from contract with customer) relacionados aos investimentos realizados na infraestrutura das linhas de transmissão acrescidos da margem de construção e da remuneração financeira, os quais requerem elevado grau de julgamento para avaliação do reconhecimento e mensuração dos montantes apresentados.	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15, bem como a avaliação do desenho dos controles internos chave da Companhia relacionados ao processo de construção do ativo de contrato.
Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos envolvidos e o alto grau de julgamento e complexidade dos cálculos. A mensuração em relação ao cumprimento das obrigações de performance satisfetias ao longo do tempo, requerem a utilização de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços necessários para o cumprimento dessas obrigações, tais como as margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada separadamente e as projeções das receitas fixas e variáveis esperadas para essas obrigações de desempenho.	Etetuamos leitura dos contratos de concessão e seus aditivos (quando aplicável), testamos o cálculo dos valores alocados ao ativo de contrato de concessão, com base nas obrigações de performance previstas contratualmente e nos aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato.
	Adicionalmente, analisamos as premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato de concessão em discussão com a Administração da Companhia e realizamos testes de inspeção documental do custo de construção no exercício.
	Também avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.
	Consideramos que a mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão, realizadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações feitas em notas explicativas, são razoáveis e estão consistentes com os dados e informações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

26 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

26.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

2023					
Efeito não caixa					
	Saldo em Nota 31/12/2022	Variação Efeito monetária caixa e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2023
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento					
Cauções e depósitos vinculados	10	6.303	813		7.116
		6.303	813	-	7.116
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	15	27.368	(80.626)		88.388
Debêntures	16	1.512.741	(158.465)	69.498	110.263
Arrendamentos e aluguéis		727	(118)		(50)
		1.540.836	(239.209)	69.498	70
				198.601	1.569.796
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		1.534.533	(239.209)	68.685	70
				198.601	1.562.680

2022					
Efeito não caixa					
	Saldo em 31/12/2021	Variação Efeito monetária caixa e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2022
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento					
Cauções e depósitos vinculados	5.798	(190)	695		6.303
	5.798	(190)	695	-	6.303
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	21.320	(19.188)			25.236
Debêntures	1.422.813	(98.875)	82.646		106.157
Arrendamentos e aluguéis	488	(117)			284
Acionistas não controladores					
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	150.000			(150.000)	-
Capital social	164.501	26.000			150.000
	1.759.122	(92.180)	82.646	72	131.677
					1.881.337
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		1.753.324	(91.990)	81.951	72
					131.677
					1.875.034

26.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2023	2022
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	88.388	25.236
Capitalização nos Ativos da concessão relativo à contingências	2.078	1.132
Provisão para custos com licença ambiental nos ativos da concessão	1.142	1.452
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	(50)	284
Total	91.558	28.104

27 Compromissos contratuais

27.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

31/12/2023					
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	32	30			62
Obrigações de compra					
Encargos de conexão e transporte de energia	261	420			681
Materiais e serviços	12.292	7.757	1.498	1.069	22.616
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	140.307	150.850	78.279		369.436
	152.892	159.057	79.777	1.069	392.795
					516.986

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2023, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

31/12/2023					
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	31	31			62
Obrigações de compra					
Encargos de conexão e transporte de energia	254	450			704
Materiais e serviços	11.920	8.240	1.835	1.621	23.616
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	130.711	162.480	98.045		391.236
	142.916	171.201	99.880	1.621	415.618
					646.499

28 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

31/12/2023			
Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	373.767	100.000	373.767
Responsabilidade civil		50.000	50.000
Seguro de Vida	1.749	(*)	2.361
(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.			
O seguro de Responsabilidade Civil - Engenharia possui como segurado a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.			
A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:			
(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;			
(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.584;			
(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$260.477; e			
(iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.			

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de fevereiro de 2023, sem ressalvas

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a